

PROVA DISCURSIVA – DIREITO PÓS-GRADUAÇÃO

QUESTÃO:

Explique o papel do controle externo no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos fundos de transferência federal aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Em sua resposta, aborde:

- a) os fundamentos constitucionais e legais do controle externo no Brasil;
- b) a atuação do Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) os principais instrumentos de controle utilizados sobre os recursos transferidos (convênios, transferências voluntárias e obrigatórias); e
- d) os desafios contemporâneos para a efetividade desse controle, especialmente no que se refere à transparência, à accountability e ao pacto federativo.

PADRÃO DE RESPOSTA (PARA ANÁLISE DOS AVALIADORES):

- a) Fundamentos constitucionais e legais do controle externo
 - Referência aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, que atribuem ao Congresso Nacional, com o auxílio do TCU, o exercício do controle externo da administração pública federal.
 - Menção aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e publicidade.
 - Possível referência à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), especialmente quanto à transparência e ao equilíbrio fiscal.
 - Citação da legislação infraconstitucional aplicável às transferências (ex.: normas sobre convênios, contratos de repasse e transferências fundo a fundo).
- b) Atuação do Congresso Nacional e do TCU
 - Papel do Congresso Nacional como titular do controle externo.
 - Função do TCU como órgão técnico auxiliar, com competências para:
 - fiscalizar a aplicação de recursos federais transferidos;
 - realizar auditorias e inspeções;
 - julgar contas de administradores de recursos federais;

- aplicar sanções e determinar correções.
 - Possibilidade de controle mesmo quando os recursos estão sob execução por entes subnacionais.
- c) Instrumentos de controle sobre os recursos transferidos
- Diferenciação entre transferências obrigatórias (ex.: fundos constitucionais, FPM, FPE) e transferências voluntárias.
 - Controle por meio de:
 - prestação de contas;
 - auditorias e fiscalizações in loco;
 - sistemas de informação e transparência (ex.: plataformas federais de acompanhamento);
 - condicionantes legais para celebração de convênios e recebimento de recursos.
 - Importância do acompanhamento da finalidade pública e da correta aplicação dos recursos.
- d) Desafios contemporâneos do controle externo
- Dificuldades de coordenação federativa e sobreposição de competências entre órgãos de controle.
 - Problemas de capacidade técnica e administrativa dos entes subnacionais.
 - Riscos de fragmentação do controle e de formalismo excessivo.
 - Necessidade de fortalecimento da transparência, da accountability e do uso de tecnologias de informação para fiscalização.
 - Tensão entre controle rigoroso e respeito à autonomia dos entes federativos.